BIBLIOTECA
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 1 — N.º 12 24 DE JUNHO DE 1977

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
BIBLIOTECA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

338.105
0004
p
v.1, n.12, jun. 1977

AGROANALYSIS

é uma publicação quinzenal de análise da conjuntura agropecuária, editada pelo Grupo de Informação Agrícola.

COORDENADOR

Paulo Rabello de Castro, Ph. D.

QUADRO TÉCNICO

Ailton Coentro Filho, M. S.
Bruno Marcus Rangel Pessanha, M. S.
Roberto Moreno Moreira, M. S.
José Marcos Lemos Fochi
Maria Eunice Rocha

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. 1 nº 12 24 de junho de 1977

SUMÁRIO

ANÁLISE DA QUINZENA

Avicultura: as potencialidades de uma agroindústria emergente (pág. 2)

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

Algodão: recuo dos preços externos mantêm a gravosidade do algodão brasileiro (pág. 10)

Pecuária de Corte: recentes medidas de retenção surgem tardiamente, favorecendo alta de preços (pág.12)

Suco Cítrico: produtores embaraçados no desconto das NPR, apesar das vantagens de preço já obtidas (pág.13)

NOTAS ESTATÍSTICAS

Comportamento do mercado mundial de carnes reforça perspectivas favoráveis para exportação brasileira de frangos (pág. 15)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

357892

ANÁLISE DA QUINZENA

Avicultura: as potencialidades de uma agroindústria emergente

A pecuária bovina no Brasil vem atravessando uma severa crise de descapitalização, cujas causas foram objeto de análise na edição nº 10 de AGROANALYSIS. No presente número, examinaremos outro importante setor da pecuária - a avicultura - cujos progressos tecnológicos têm se revelado supreendentes nos últimos anos, levando a atividade avícola a contribuir paulatinamente para a atenuação dos períodos de escassez de carne bovina, revolucionando os hábitos de consumo interno e ainda oferecendo um excedente exportável de grande potencialidade para elevação da receita cambial do país.

Uma análise da situação atual e das perspectivas da avicultura brasileira é tanto mais relevante quando se considera o presente quadro das disponibilidades internas de milho e soja, insumos em que o Brasil se destaca na produção mundial, e que são os principais componentes na formulação de rações para a avicultura. Outra importante consideração diz respeito à política governamental para o setor e suas influências sobre a atividade avícola, encorajada de um lado, pelos incentivos governamentais à exportação de frangos de corte, mas desencorajada, de outro lado, pela política de controle de preços, que atinge notadamente o setor de postura.

A avicultura brasileira vem rapidamente se firmando como atividade empresarial de crescente sofisticação tecnológica, o que se tem traduzido por melhorias significativas nos índices de conversão. O grande impulso do setor surgiria na primeira metade dos anos 60, mantendo, até o final da década, um crescimento médio anual da ordem de 32,6% (período 64/70). Neste mesmo período, a produção brasileira de carne bovina evoluiu à taxa média de 4,7% ao ano, o mesmo crescimento verificado para a produção de carne de suínos. Nos anos 71 e 72, com o início da fase de escassez de carne bovina e consequente aumento nos preços deste produto, a produção de carne de aves para consumo interno

continuou em crescimento acelerado como indica a tabela abaixo:

Produção Brasileira de Frangos de Corte
1970-1975

ANO	PRODUÇÃO (1.000 t)	INCREMENTO ANUAL (%)
1970	281,7	-
1971	290,2	+ 3,0
1972	355,0	+ 22,3
1973	445,3	+ 25,4
1974	434,0	- 2,5
1975	484,0	+ 11,5

Fonte: UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA (UBA) E ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE AVICULTURA (APA)

A tabela permite confirmar a estreita ligação existente entre a avicultura e a pecuária bovina: a partir de 1974, tem início a fase de preços declinantes da carne bovina, com imediato reflexo na produção nacional de frangos de corte, que sofreu uma queda de 2,5% sobre a produção de 1973. Em 1975, a produção de frangos volta a crescer, porém a uma taxa inferior àquelas verificadas nos anos de 1972 e 1973, que coincidiram com o ápice do período de euforia para os criadores de gado. É possível inferir, portanto, que a avicultura de corte poderá conhecer um notável impulso a partir do próximo ano, quando se prevê uma redução da oferta interna de gado para abate e consequente elevação do preço da carne bovina, estimulando a demanda por outras carnes.

Da produção nacional de carne de aves (cerca de 530 mil t em 1975 - incluindo frangos, perus etc) os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina respondem por cerca de 72% do total produzido. Santa Catarina merece um comentário à parte: segundo dados do FIBGE, este estado registrou o mais elevado ritmo de crescimento do abate de aves nos cinco primeiros anos desta década (56,2% ao ano). Ao mesmo tempo, a produção avícola no estado vem alcançando indiscutível sucesso, para o

que tem contribuído de forma destacada o sistema peculiar de integração vertical na avicultura desenvolvido naquele estado. Este sistema originou-se da constatação de que, através da verticalização das etapas de produção da avicultura - importação de aves avós, produção de matrizes para corte ou postura, produção de pintos, etapas da criação, disponibilidade de insumos, e abate - a atividade avícola torna-se menos suscetível a uma eventual interrupção em algum ponto do processo de produção, proporcionando, ainda, o indispensável aporte tecnológico e segurança para o criador.

Assim, os integradores fornecem todos os insumos de produção (pinto, rações etc) às criações familiares, que levam a cabo a produção das aves com garantia da colocação total da produção. O sistema resultou na formação de uma oferta de produtos padronizados e de alta qualidade, que permitiu ao estado de Santa Catarina partir com sucesso para a conquista dos mercados externos. Nos últimos anos, o desempenho da avicultura catarinense tem sido surpreendente: em 1974, a produção total de aves no estado atingia 37 mil t; em 1975 a quantidade produzida cresceu 89%, alcançando 70 mil t. No ano passado, o estado produziu 84 mil t, traduzindo um incremento de 20% em relação ao ano anterior.

Aspecto relevante da avicultura brasileira é a questão da disponibilidade interna dos insumos utilizados como matéria-prima na fabricação de rações. Sublinhamos aqui os mais importantes, focalizando somente a situação do milho e farelo de soja. É sabido que o Brasil não só é auto-suficiente em soja e milho, como também dispõe de grandes excedentes exportáveis. Em princípio, nossas disponibilidades desses produtos nos colocam numa confortável posição de competitividade frente aos avicultores europeus, que são forçados a efetuar grandes e onerosas importações desses insumos, notadamente da oleaginosa.

Não obstante, a atividade avícola nacional tem absorvido certos efeitos negativos da atual escassez de farelos proteicos no mercado internacional. Embora o Brasil seja o segundo maior produtor mundial de farelo de soja, com uma produção

prevista para 1977 em cerca de 5,8 milhões de t contra um consumo de apenas 1,2 milhão de t, o atendimento da demanda interna vem sendo irregular desde o ano passado. A instabilidade no abastecimento interno de farelo de soja manifestou-se, numa primeira fase, pela persistente escalada dos preços internos (em conseqüência da ascenção dos preços internacionais) para, numa segunda fase, apresentar-se como efetiva (embora artificial) escassez, apesar de o governo ter estabelecido o confisco de 7% sobre as exportações do complexo soja e tabelado o farelo em Cr$ 2,50/kg. A situação só voltaria a se normalizar a partir do mês passado, quando o governo aumentou a alíquota do confisco para 12% e elevou em 75% o subsídio concedido às indústrias esmagadoras para a comercialização interna do farelo de soja.

É inegável que o abastecimento interno de farelo de soja constitui-se, hoje, em constante ameaça de estrangulamento das atividades avícolas do país. No entanto, é paradoxal que isto ocorra, justamente quando o Brasil ultrapassa seus próprios recordes na produção de soja. Com a crescente tendência a exportar mais farelo de soja e menos grão, o país vai se envolvendo progressiva e perigosamente numa crescente dependência aos importadores europeus de farelo que, por sua vez, estão mais interessados em produzir seu próprio farelo, mediante importações de soja em grão. Assim, a qualquer momento, é possível que a Comunidade Européia venha a impor restrições às nossas exportações de farelo de soja, sob o pretexto de práticas contrárias ao livre comércio, acusações de "dumping" etc. Neste caso, o país deve estar preparado para absorver internamente a parcela que não conseguir colocar no mercado externo.

Ao mesmo tempo, ao se assegurar o fornecimento de farelo de soja para a avicultura (e suinocultura), o país está investindo numa maior estabilidade da oferta interna de carnes no futuro, com dividendos positivos para consumidores e governo. Finalmente, cabe lembrar aos fervorosos defensores do incremento das exportações de farelo que, longe de nos erguermos contra o fortalecimento de nossas exportações, vislumbramos a alternativa de exportar mais farelo transformado em carne de frango, conferindo maior valor adicionado ao produto exportado. Há que cui

dar, portanto, em garantir o fornecimento de farelo de soja aos avicultores nacionais.

A situação do milho é de outra ordem, porquanto vem sendo comercializado este ano, a preços em torno do mínimo fixado pelo governo, não se constituindo, atualmente, em pressão inflacionária sobre os custos de produção da avicultura. Além disso, o Brasil dispõe, nesta safra, de um excedente exportável superior a 2 milhões de t de milho. Dados os baixos preços praticados no mercado internacional, o governo vem concedendo subsídio aos exportadores de milho, para facilitar a colocação do produto no exterior. Neste sentido, também se poderia sugerir, como alternativa, a promoção de um maior consumo interno de milho, que contribuiria para a eliminação dos excedentes de produção. Um programa dessa natureza talvez resultasse em benefício social mais elevado do que o atual esquema de puro subsídio à exportação de milho.

Evidentemente, a avicultura nacional não teria condições de absorver, a curto prazo, todo o excedente de milho gerado internamente. Observe-se que, num cálculo aproximativo (considerando um índice médio de conversão alimentar de 2,5 kg de ração para 1 kg de carne de frango e uma participação do milho em torno de 70% na formulação das rações para aves), a produção adicional de carne de aves necessária para absorver o atual excedente de milho (2 milhões de t) seria de 1,1 milhão de t. Esta produção adicional significaria uma expansão de 200% na avicultura de corte do país. Um crescimento dessa ordem, por outro lado, implicaria num consumo interno adicional de farelo de soja da ordem de 550 mil t (levando em conta que 20% da ração seja composta de farelo de soja). Embora estas cifras não sejam imediatamente atingíveis, qualquer aumento significativo na produção de carne de aves já permitiria liberar uma parte da oferta interna de carne bovina para colocação no mercado externo.

Dentro da conjuntura expansionista da avicultura brasileira, os instrumentos da política de abastecimento se apresentam como fator limitativo, em contraposição aos subsídios dados à exportação e ao preço das rações. Nos últimos anos, a

avicultura conheceu diversas medidas [illegible] tor de abastecimento de ovos: tabelamento, acordos de cavalheiros e ameaças de inclusão do produto na lista CIP-SUNAB.

Esta última forma de intervenção vem sendo adotada atualmente, mostrando-se bastante eficaz, ao contrário do que se poderia esperar. Pelo temor de um tabelamento ostensivo, os fornecedores de ovos têm procurado reduzir voluntariamente suas margens de lucro, pelo auto-controle dos preços praticados, embora resultando em desestímulo à produção. A série histórica de preços de ovos no Brasil demonstra que, devido aos ganhos de produtividade do setor, os preços reais recebidos pelos produtores apresentam uma persistente tendência declinante, o que parece configurar a impropriedade de se atribuir aos ovos qualquer contribuição significativa ao processo inflacionário brasileiro. Por exemplo, o preço real recebido pelos produtores de ovos de São Paulo era, em 1975, apenas 71% do que vigorou em 1961.

A incorporação de tecnologia moderna na produção avícola nos últimos quinze anos também resultou em queda nos preços reais aos produtores de frangos de corte. De um índice igual a 100 em 1961, o preço real praticado em 1975 havia declinado para 76. Por outro lado, o preço real das rações compradas pelos avicultores paulistas no período 1969/1975 apresentou comportamento altista: um aumento de 20% no preço da ração para frangos de corte e aumento de 22% no preço da ração de postura.

A despeito dos controles de preços, o governo tem procurado incentivar a produção avícola, concedendo favores fiscais para as exportações de frango e, mais recentemente, pelo subsídio às rações. Este ano, por exemplo, atendendo às reivindicações da Associação Brasileira de Exportadores de Frango, o governo aumentou de 5% para 15% o incentivo fiscal (crédito de IPI) às exportações. Entretanto, ainda continuam pendentes as iniciativas governamentais no âmbito do transporte marítimo e das tarifas de frete internacional.

A exportação de carne de frango teve início em

1975, quando foram colocadas 3.469 t no mercado externo, resultando numa modesta receita de US$ 3,2 milhões. No ano passado, o Brasil já conseguia elevar para 19.636 t o total exportado, com uma receita de US$ 19,5 milhões, traduzindo-se num incremento de 500% em relação ao valor exportado no ano anterior. Os principais importadores de frango brasileiro tem sido os países do Oriente Médio e algumas nações africanas. Para 1977, as previsões do Ministério da Agricultura dão conta de uma exportação em torno de 50.000 t.

Embora sejam alvissareiras as perspectivas de crescente participação brasileira no mercado internacional de frango de corte, há, entretanto, alguns problemas que, neste ano, vêm retardando o fluxo normal de escoamento dos frangos exportados. O problema principal diz respeito à escassa disponibilidade de cargueiros-frigoríficos. O setor tem reclamado não só da intermitência dos embarques, como também do recente aumento no custo do transporte, que passou de US$ 170/t para US$ 230/t.

Não obstante esses percalços conjunturais, o frango brasileiro continua competitivo no mercado internacional, mesmo levando em conta os subsídios concedidos aos concorrentes europeus. Por outro lado, o Brasil leva também vantagem em relação às exportações norte-americanas para o Oriente Médio, pois o percurso dos cargueiros provindos dos EUA é superior em 8 mil milhas ao trajeto das nossas exportações para aquele continente.

O mercado internacional de carne de aves revela inegável expansão, onde as exportações líquidas mundiais vêm crescendo à taxa anual de 21,4% nos últimos cinco anos (vide Notas Estatísticas). Os maiores exportadores são os Estados Unidos e a Comunidade Européia, que disputam as preferências dos prósperos clientes do Oriente Médio. Os EUA, por exemplo, efetuaram este ano a primeira venda para o Iraque, num total de 35 mil t de frangos de corte - cerca de 80% superior às exportações totais do Brasil em 1976. A partir de 1973, com o aumento da renda per capita dos países do Oriente Médio, a demanda por produtos avícolas naquela região não parou de crescer, estimando-se que as importações totais daquele mercado se situem, atualmente,

entre 100 e 150 mil t de carne de aves.

Os prognósticos para o fortalecimento da presença brasileira na exportação mundial de frangos são bastante promissores, dado o nosso poder de competição neste setor. O Brasil conta com a vantagem estratégica de dispor, dentro de suas fronteiras, de amplas reservas de soja e milho, ao contrário dos avicultores europeus, que são dependentes de importações dessas duas matérias-primas. Por outro lado, os governos europeus compensam essa deficiência subsidiando suas exportações de frangos. Em relação aos EUA, o Brasil conta com a vantagem de uma maior proximidade dos centros de consumo no Oriente Médio e África. Conjunturalmente, todos os exportadores de frangos deverão se beneficiar ainda, da esperada contração da oferta mundial de carne bovina a partir deste ano que, sem dúvida, acarretará um deslocamento da demanda mundial de carnes no sentido de uma maior consumo de aves e suínos.

Pelo lado das desvantagens, o Brasil carece, principalmente, de tradição no mercado mundial de produtos avícolas, embora tenha mostrado notável agressividade comercial, bastante para conseguir, em apenas dois anos, ganhar uma fatia expressiva do mercado do Kuwait. A curto prazo, para que o Brasil possa consolidar sua posição como grande exportador mundial de frangos, é indispensável que sejam corrigidos os problemas de transporte que afetam o setor, evitando-se a perda de credibilidade dos fornecedores nacionais por inadimplência dos prazos estabelecidos nos contratos de exportação. A longo prazo, o progresso da avicultura brasileira dependerá da formulação de uma política integrada de apoio ao setor, em cujas diretrizes se contemplem desde programas tecnológicos de desenvolvimento de linhagens ainda mais produtivas (atualmente importadas) até programas de estoques reguladores de matérias-primas para rações.

*****
****
***
**
*

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** ALGODÃO

A cotação do algodão (contrato nº 2 - entrega em julho) na Bolsa de New York chegou a US$ 0,609/libra-peso no último dia 21, depois de haver alcançado US$ 0,802 em meados do mês de março. Devido à baixa das cotações de julho é notável a eliminação do prêmio que normalmente existiria entre o preço para entrega em julho e as cotações de contratos para entrega em outubro, quando começa a safra norte-americana. O preço do tipo 5 paulista CIF Europa, como era de se esperar, apresentou um comportamento idêntico, culminando com a cotação de US$ 0,655 no dia 16/6.

Apesar das previsões com respeito ao estoque mundial do final da temporada 76/77, que deverá atingir um nível considerado extremamente baixo - 4.086,9 mil t - as cotações do algodão estão declinando em virtude da excelente perspectiva em relação à produção mundial da temporada 77/78 e em decorrência do comportamento depressivo que vem caracterizando a demanda mundial pelos produtos têxteis. As indústrias de fiação e tecelagem, notadamente na Europa Ocidental, têm comprado apenas o suficiente para suas necessidades mais imediatas, não só pelas dificuldades de colocação de seus produtos, como também porque esperam melhores condições de preço a partir da safra do Hemisfério Norte. Não é por outra razão que continuam ocorrendo cancelamentos de contratos de exportação do algodão norte-americano para entrega ainda nesta temporada, enquanto aumenta o número de contratos já fechados para entrega em 77/78.

Se o governo norte-americano estabelecer o "loan rate" em US$ 0,51/libra-peso, já aprovado pelo Senado, este valor deverá funcionar como preço "suporte" para o mercado, levando-se em conta os ágios e deságios para os diversos tipos de algodão. Por outro lado, a menos que se confirmem os rumores quanto à possível importação de 200 mil t de algodão norte-americano pelo governo indiano, a recuperação dos preços praticados

atualmente dependeria de uma improvável quebra da safra do Hemisfério Norte.

Persiste, assim, a situação desfavorável para o algodão brasileiro. Considerando-se o preço de US$ 0,665/libra peso CIF Europa e computados o frete, seguro, ICM e as despesas essenciais à exportação, o nosso pluma tipo 5 paulista precisaria estar cotado a Cr$ 234,66/arroba na Bolsa de Mercadorias de São Paulo. Diante do preço de Cr$ 266,00/arroba estabelecido no dia 16/06, configura-se uma gravosidade de cerca de 14% do algodão brasileiro em relação ao mercado internacional. A gravosidade deverá ser reduzida, embora não eliminada, com a decisão do governo em fornecer algodão dos estoques da CFP, correspondente a 8% do valor FOB exportado. A medida, que deverá ser implementada por estes dias, contará com apenas 6.000 t de algodão de baixa qualidade para subsidiar os exportadores. Por outro lado, esta decisão se faz tardiamente uma vez que já se aproxima a entrada da safra dos países setentrionais. Não se deve esperar, portanto, resultados espetaculares em termos de exportação de pluma.

Não obstante, serão os produtores a incorrerem em prejuízo maior. Os preços praticados no mercado interno não têm remunerado suficientemente os produtores. Ainda que a liberação dos EGF's permita à indústria aumentar suas compras de matéria-prima para a formação de algum estoque, é difícil qualquer recuperação significativa destes preços. Como consequência, já se prevê redução na área de plantio do algodão para a próxima temporada, com evidentes reflexos sobre a produção brasileira 77/78.

Menos mal para a indústria têxtil. Diante da excelente safra esperada para este ano (380 mil t Meridional e 180 mil t Setentrional), e das previsões quanto a exportação (40 a 45 mil t) e o consumo doméstico (450 mil t), é possível que o "carry over" se apresente elevado para a próxima temporada, essencial à garantia da oferta interna na hipótese de redução expressiva da produção 77/78.

*** PECUÁRIA DE CORTE

A escassez de carne bovina no mercado interno nos últimos meses do ano parece evidenciar-se a partir do atual comportamento dos preços do boi gordo. A COBAL, por seu turno, se vê na contingência de encerrar seu programa de estocagem com um volume 25% inferior à meta prevista de 200.000 t. O preço do boi gordo vem reagindo nas últimas semanas, revelando uma nítida antecipação ao período normal de entressafra. Os animais em condição de abate estão sendo comercializados na base de Cr$ 6,00/kg, enquanto o "acordo de cavalheiros" havia fixado um preço de Cr$ 5,50/kg.

Preços de diversas categorias de animais, em especial do bezerro, do novilho e da vaca solteira, que contêm a expectativa do preço futuro do boi gordo, estão em ascenção. Comparação feita em idêntico período do ano passado, quando o preço caía mês a mês, evidencia o início de novo quadrante altista do ciclo pecuário, e com isso, maior retenção de gado, face à expectativa de aumento nos preços de todas as categorias de animais.

A tardia inclusão do novilho de 10 arrobas no programa de estoques reguladores teve o impacto negativo de reforçar a alta de preço que já se avizinhava de modo espontâneo. Infelizmente, o programa de estocagem de animais jovens chega com dois anos de atraso, tendo ainda a desvantagem de propiciar a exacerbação dos preços num momento em que a principal preocupação do governo é a de controlar o custo de vida. Por outro lado, não se poderá, mais tarde, atribuir ao programa a virtude de haver impedido o abate de matrizes, cujo fenômeno já vem ocorrendo desde 75. Como incentivo à redução da idade do abate, a aquisição de novilhos tem o mérito das boas intenções, por sua originalidade. Não obstante, os novilhos apropriados ao abate prematuro devem ser preparados especificamente para tal. A generalização de benefícios desvirtuaria o programa de novilho precoce, já em andamento.

As preocupações do governo já não mais se podem concentrar no período de descapitalização da pecuária, que

ora se encerra ao desamparo de medidas omitidas no passado. Urge, agora, preparar o cenário para o próximo período de escassez. Por isso mesmo, é duvidoso o benefício social de programas que adicionem lenha à fogueira.

*** SUCO CÍTRICO

A recente ultrapassagem da barreira de US$1,00/libra-peso nas cotações do suco de laranja no mercado novaiorquino, deve-se principalmente aos seguintes fatos:

a) a estocagem especulativa dos distribuidores norte-americanos, que vem pressionando as disponibilidades existentes, na esperança de maiores ganhos a médio prazo;

b) a perspectiva de quebra da safra 77/78 da Flórida, estimada entre 20 e 30%, devido à geada e seca naquela região;

c) a menor produção da safra brasileira 76/77, que participa em cerca de 80% do mercado internacional.

Obviamente, a conjuntura internacional se apresenta extremamente favorável para o Brasil. A CACEX, que há vários anos controla as exportações de suco, vem procurando maximizar o volume de divisas. Paralelamente, constata-se que o momento é propício à consolidação, e mesmo ampliação, de nossa posição hegemônica no mercado internacional. O fortalecimento da participação brasileira, por sua vez, é decorrência direta do ânimo dos produtores em continuar investindo no setor. Para tanto, é preciso desonerar os produtores de alguns obstáculos que continuam prejudicando a comercialização normal da corrente safra.

A impossibilidade de desconto da Nota Promissória Rural (NPR), sem comprovante de entrega da produção, de acordo com as exigências de Portaria do Banco Central, tem representado um sério empecilho ao financiamento da presente safra. A portaria em questão parece não atentar às características específicas da citricultura, cuja produção difere fundamentalmente das

culturas temporárias. Muitos contratos de venda são feitos pelos produtores, sem entrega imediata, por motivos tais como os distintos graus de maturação dos pomares ou em obediência ao próprio escalonamento de entrega estabelecido pelas indústrias. Nesse interim, os compromissos financeiros dos citricultores continuam vencendo nos prazos fixados, independentemente de os produtores poderem ou não descontar suas NPR. A simples apresentação do contrato de venda pelo produtor às entidades creditícias constituiria uma solução para o presente impasse.

Há que se destacar, ainda, o fato de que esses desencontros da política de administração financeira ocorrem, justamente, no ano em que os produtores passaram a receber pagamentos em NPR. Uma situação de iliquidez no setor produtivo poderá implicar em menor investimento no âmbito tecnológico da cultura - aspecto de extrema importância, se levarmos em conta a baixa produtividade dos pomares paulistas (1,71 cx/pé), inferior à metade do rendimento físico da Flórida.

*****
****
***
**
*

NOTAS ESTATÍSTICAS

As tabelas a seguir procuram mostrar alguns aspectos relevantes da evolução do mercado mundial de carnes a partir de informações sobre os principais países importadores líquidos - Estados Unidos, Canadá, CEE e Japão. A tabela I mostra o comportamento da produção de diversos tipos de carnes naqueles países a partir de 1972, com uma estimativa para 1977. Observa-se que, embora crescente a partir de 1974, a produção de carne bovina deve sofrer um forte declínio em 1977, estimando-se uma redução de 4,7% na produção daqueles países em relação ao ano passado. A produção total de carnes, deve, entretanto, ter um pequeno crescimento (+ 0,7%), em função, principalmente, do forte aumento (7,4%) previsto para a produção de carne suína este ano. A produção de carne de aves revelou certa constância no período 72/75, crescendo mais rapidamente entre 1975 e 1976 (+ 10%). A previsão para este ano é de uma evolução mais lenta, em torno de 1,7%. A produção de carne de ovinos, que participa minoritariamente na oferta total de carnes, deverá sofrer uma queda de 1,4% em 1977.

A tabela II ilustra, para os mesmos países, o comércio internacional de carnes a partir de 1972. Com base nos dados apresentados, verifica-se que, depois de forte contração no período 72/75, as importações totais de carne voltaram a se recuperar em 1976, prevendo-se um leve incremento para 1977. Observa-se que, embora a produção total de carnes nos EUA deva crescer este ano em 0,8%, as importações totais do país deverão aumentar em cerca de 12%. Da mesma forma, na CEE, onde a produção total de carnes este ano será virtualmente a mesma do ano anterior, as importações deverão crescer em 42%.

Tanto no caso dos EUA quanto no da CEE, a maior parte do acréscimo previsto em suas importações resulta do aumento esperado na importação de carne bovina, pois o déficit no abastecimento doméstico desses países será agravado pela menor produção, que se espera para este ano. Como pode ser observado, a produção de carne bovina nos países da Comunidade e nos EUA so

frerá uma queda em torno de 5% (4,9% nos EUA e 5,3% na CEE).

Esses números são instrutivos e bastante oportunos, na medida em que fornecem valioso instrumento de análise do comportamento do mercado mundial de carnes em geral e, em particular, de carne de aves, nos proporcionando um auxílio adicional aos argumentos expostos na Análise da Quinzena. Com efeito, se a menor produção de carne bovina em 1977 configurar uma reversão da tendência de crescimento observado desde 1974, certamente haverá um impacto positivo sobre a demanda mundial de outros tipos de carne, em especial de aves e suínos. Como revela a tabela I, embora já neste ano se preveja um forte aumento na produção de carne suína, o mesmo não ocorre em relação às carnes de aves, cujo incremento percentual mostra-se bastante modesto, se comparado com o crescimento no ano anterior. Em contrapartida, a tabela II indica, tanto para os EUA quanto para a CEE, que o desempenho das exportações de carne de aves desses países não repetirá o salto surpreendente ocorrido no ano passado, o que pode ser explicado pela provável transferência de parte do excedente exportável para compensar uma parcela do déficit doméstico de carne bovina. Isto, evidentemente, poderá resultar em benefício para os exportadores brasileiros de frangos, desde que estejam preparados para compensar aquela diferença, corrigindo os atuais entraves que se colocam sobre o normal escoamento de nossos produtos.

TABELA I

PRODUÇÃO DE CARNES NOS MAIORES IMPORTADORES MUNDIAIS

(1.000 t)

ANOS	1972	1973	1974	1975	1976 1/	1977 2/	Variação % 77/76
Bovina							
EUA	10.377	9.813	10.716	11.271	12.200	11.600	-4,9
Canadá	898	897	942	1.050	1.134	1.092	-3,7
CEE	5.506	5.575	6.585	6.598	6.390	6.050	-5,3
Japão	295	227	293	340	283	320	+13,1
Total	17.076	16.512	18.536	19.259	20.007	19.063	-4,7
Suína							
EUA	6.187	5.784	6.262	5.128	5.530	6.300	+13,9
Canadá	632	617	611	495	476	485	+1,9
CEE	7.638	7.641	7.898	7.667	7.750	8.000	+3,2
Japão	769	842	958	910	910	970	+6,6
Total	15.226	14.884	15.729	14.200	14.666	15.755	+7,4
Ovina							
EUA	246	233	211	186	170	175	+2,9
Canadá	9	10	8	8	8	8	0
CEE	476	483	508	516	520	505	-2,9
Japão	1	1	-	-	-	-	-
Total	732	727	727	710	698	688	-1,4
Carne de Aves							
EUA	4.927	4.871	4.938	4.823	5.435	5.455	+0,4
Canadá	445	473	469	405	456	455	-0,2
CEE	3.013	3.188	3.126	3.101	3.275	3.360	+2,6
Japão	635	698	740	752	842	910	+8,1
Total	9.020	9.230	9.273	9.081	10.008	10.180	+1,7
Carnes (Total)							
EUA	21.737	20.701	22.127	21.408	23.335	23.530	+0,8
Canadá	1.984	1.997	2.030	1.958	2.074	2.040	-1,6
CEE	16.633	16.887	18.117	17.882	17.935	17.915	-0,1
Japão	1.700	1.768	1.991	2.002	2.035	2.200	+8,1
Total	42.054	41.353	44.265	43.250	45.379	45.685	+0,7

1/ Provisório

2/ Estimativa

- Inferior a 500 t

Fonte: AGRA EUROPE

Elaboração: GIA

TABELA II

IMPORTAÇÕES LÍQUIDAS DE CARNES PELOS MAIORES IMPORTADORES MUNDIAIS*

(1.000 t)

ANOS	1972	1973	1974	1975	1976 1/	1977 2/
Bovina						
EUA	877	875	718	784	835	850
Canadá	57	63	57	70	79	22
CEE 3/	867	903	226	-20	-15	200
Japão	87	194	84	67	128	112
Total	1888	2035	1085	901	1027	1184
Suína						
EUA	182	156	166	99	5	75
Canadá	-31	-32	-5	4	39	37
CEE 3/	-33	-61	-69	-12	87	-29
Japão	76	153	60	107	170	110
Total	194	216	152	198	301	161
Ovina						
EUA	66	23	10	10	25	20
Canadá	48	35	22	20	21	22
CEE 3/	373	310	235	254	260	275
Japão	212	187	126	184	190	190
Total	699	555	393	468	496	507
Carne de Aves						
EUA	-67	-74	-80	-96	-173	-160
Canadá	5	6	1	9	25	22
CEE 3/	-51	-74	-87	-61	-85	-95
Japão	29	25	25	18	29	11
Total	-84	-117	-141	-130	-204	-222
Carnes (Total)						
EUA	1058	980	808	797	692	785
Canadá	79	72	81	103	164	103
CEE 3/	1156	1078	305	161	247	351
Japão	404	559	295	376	517	423
Total	2697	2689	1489	1437	1620	1662

1/ Provisório
2/ Estimativa
3/ Exclui o comércio intra-membros da CEE
* Os números precedidos de sinal negativo caracterizam exportações, enquanto os positivos referem-se a importações.

Fonte: AGRA EUROPE
Elaboração: GIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de Dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 - CAIXA POSTAL: 9.052 = ZC-02
CEP. 20.000 - TEL.: 266-1512 - RIO DE JANEIRO - RJ

CONSELHO DIRETOR

Presidente: LUIZ SIMÕES LOPES
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR

Presidente: MAURÍCIO NABUCO
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo – representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte; Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: LUIZ SIMÕES LOPES
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA

Presidente: OCTÁVIO GOUVÊA DE BULHÕES
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO

Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social

Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais – Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais – Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais – Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria

Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas – Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica – Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados – Engênio Decourt

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 — 10.º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL
Tels. 232-5001 - 232-8678 - 232-2584 - 232-6827
Telex: 212 3840 FGVE BR